

Sumário

1. Introdução	1
2. Expansão da Jurisdição Constitucional: Reflexões Introdutórias	7
2.1. Evolução da jurisdição constitucional nas constituições e a preocupação do Constituinte de 1988 com a mudança de paradigma da atividade jurisdicional no Supremo Tribunal Federal	47
2.1.1. Constituição do Império (1824)	50
2.1.2. Constituição de 1891 e a República Velha.....	55
2.1.3. Revolução de 1930, Estado Novo e as Constituições de 1934 e 1937	66
2.1.4. Constituição de 1946.....	74
2.1.5. Regime de exceção e as Constituições de 1967 e (EC) 1969 ...	80
2.2. A transformação das facetas (funções) do Poder Judiciário na Constituinte de 1988: O que fazer diante do arquétipo concedido?.....	96
2.3. Algumas tipologias das funções judiciais (e de juízes), a partir da leitura dos pressupostos epistêmicos de Tushnet e Waldron, do minimalismo de Cass Sunstein e do novo constitucionalismo do bem comum de Vermeule	125
2.3.1. Reflexões sobre as dificuldades da metáfora do diálogo	157
2.4. Nova leitura da cláusula da inafastabilidade da jurisdição.....	180
3. Revisitação à Separação de Poderes no Constitucionalismo Brasileiro e Abdicação Legislativa	189
3.1. A primeira, a última ou a derradeira palavra provisória?	212

3.2. Supremacia, protagonismo ou disruptura histórica da sobreposição dos demais poderes?	231
3.3. A jurisdição constitucional pressupõe um caráter democrático?.....	245
4. Interpretação Criativa das Leis no Positivismo Contemporâneo..	251
4.1. Novos vetores (coordenadoria de interesses e colaboração normativa).....	261
5. Jurisdição Constitucional e as Decisões da Suprema Corte como Catalisadores dos Novos Vetores: Metodologia Adotada.....	275
5.1. Facetas da coordenação de interesses e supervisão dos demais poderes nas decisões do Supremo Tribunal Federal	290
5.2. Função de colaboração normativa: uma realidade inquietante	322
5.3. Poder Judiciário como escolha legítima pela política para a coordenação de interesses e a colaboração normativa na solução dos conflitos	345
5.4. Novos vetores em áreas temáticas	358
5.4.1. Direito Penal.....	360
5.4.2. Direito Administrativo e Financeiro	379
5.4.3. Direitos Humanos	388
6. Conclusão	395
Referências Bibliográficas	401
Apêndice A – Lista das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) citadas.....	423
Apêndice B – Lista dos Habeas Corpus (HCs) citados	431
Apêndice C – Lista das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) citadas.....	433